



Banco do  
Conhecimento



# Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Banco do Conhecimento/ Referências das Rotinas Administrativas

**RAD-EMERJ-001** – Documento Estratégico da EMERJ

**RAD-EMERJ-002** – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ

**RAD-EMERJ-003** – Programar Cursos de Especialização

**RAD-EMERJ-004** – Elaborar Cadernos de Exercícios

**RAD-EMERJ-005** – Realizar Aulas e Avaliar Professores

**RAD-EMERJ-006** – Elaborar Provas

**RAD-EMERJ-007** - Coordenar Secretaria Acadêmica

**RAD-EMERJ-008** – Selecionar e Convidar Professores

**RAD-EMERJ-009** – Gerenciar Programa de Estágio

**RAD-EMERJ-010** – Realizar Estudos e Pesquisas

**RAD-EMERJ-011** – Realizar Curso de Formação Inicial

**RAD-EMERJ-012** – Realizar Curso de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento

**RAD-EMERJ-013** – Realizar Curso de Aperfeiçoamento para Promoção

**RAD-EMERJ-014** – Protocolar Documentos

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

**RAD-EMERJ-016** – Administrar o Quadro de Pessoal

**RAD-EMERJ-017** – Gerenciar Compras

**RAD-EMERJ-018** – Coordenar Serviços Gerais de Infra-Estrutura

**RAD-EMERJ-019** – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo

**RAD-EMERJ-020** – Editar Publicações e Gerar Impressos

**RAD-EMERJ-021** – Gerenciar Guarda, Controle e Distribuição De Material

**RAD-EMERJ-022** – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

**RAD-EMERJ-023** – Conciliação Bancária

**RAD-EMERJ-024** – Realizar Pagamento de Despesas

**RAD-EMERJ-025** – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ

**RAD-EMERJ-026** – Assessorar o Diretor-Geral

**RAD-EMERJ-027** – Coordenar a Biblioteca da EMERJ

**RAD-EMERJ-029** – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ

**RAD-EMERJ-030** – Selecionar e Avaliar Fornecedores

**RAD-EMERJ-031** – Tratamento de Produtos Não-conformes na EMERJ

**RAD-EMERJ-032** – Preparar Concurso de Seleção para Juiz Leigo

**RAD-EMERJ-033** – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso

**RAD-EMERJ-034** – Gerir Recursos de Informática

**RAD-EMERJ-035** – Gerenciar Cotações

**RAD-EMERJ-036** – Coordenar Monitoria Acadêmica

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

### **RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ**

Atualizada em 25/05/2017 com vigência a partir de 29/05/2017

- RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ**

Atualizada em 26/05/2017 com vigência a partir de 31/05/2017

- **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;**

- **Ato Regimental da EMERJ nº 02/2014**, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do PJERJ em 07/07/2014, que dispõe sobre vagas para candidatos afrodescendentes e indígenas;

- **Portaria EMERJ nº 32, de 16 de março de 2017**, que institui e designa os membros da Comissão de Concurso Público para Seleção e Ingresso no Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 04/08/2017

- **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-004 – Elaborar Cadernos de Exercícios**

Atualizada em 02/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

- **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores**

Atualizada em 02/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

- **Regimento do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas**

Atualizada em 08/08/2017 com vigência a partir de 09/08/2017

- **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica**

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Atualizada em 02/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

➤ **Regulamento do Trabalho Jurídico-científico de Conclusão de Curso da EMERJ**

➤ **Regulamento dos Estágios da EMERJ**

➤ **Ato Regimental 02/2010** - Resolve que os requerimentos formulados a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados.

➤ **Ato Regimental 02/2014** – Dispõe sobre vagas para candidatos Afrodescendentes e Indígenas.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores**

Atualizada em 04/08/2017 com vigência a partir de 09/08/2017

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio**

Atualizada em 02/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

➤ **Lei nº 4.121/2003 - Altera o art. 165 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;**

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**

➤ **Regulamento dos Estágios**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-010 – Realizar Estudos e Pesquisas**

Atualizada em 02/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

➤ **Ato Regimental 09/2017 da EMERJ:**

➤ **Ato Regimental 11/2017 da EMERJ;**

➤ **Resolução CM nº 07/2016, art. 1º, inciso IV e Parágrafo Único e art. 7º § 2º.**

(Índice)

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

### **RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso de Formação Inicial – Primeira Etapa**

Atualizada em 07/08/2017 com vigência a partir de 09/08/2017

- **Resolução ENFAM nº 2/2016** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;
- **Instrução Normativa ENFAM nº 3/2016** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais.
- **Resolução ENFAM nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM 2/2016.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-012 – Realizar Curso de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento**

Atualizada em 27/0/2017 com vigência a partir de 31/07/2017

- **Resolução nº 10/2012 do Conselho da Magistratura** – Regula o processo de vitaliciamento dos juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- **Resolução ENFAM nº 2 de 8 de Junho de 2016** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;
- **Instrução Normativa ENFAM nº1 de 03 de maio de 2017**. Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;
- **Resolução nº 11/2016 do Conselho da Magistratura** - Modifica a Resolução CM nº 10/2012 que regula o processo de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

- **Resolução ENFAM nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM 2/2016.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-013 – Realizar Curso de Aperfeiçoamento para Promoção**

Atualizada em 18/07/2017 com vigência a partir de 21/07/2017

- **Resolução nº 106/2010** – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.
- **Resolução nº 2/2016** – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;
- **Instrução Normativa nº 3/2016** – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

- **Ato Regimental nº 03/2017** – Dispõe sobre a estrutura da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – COMAM;

- **Resolução nº 2/2017** – Altera a Resolução ENFAM n.2 de 8 de junho de 2016, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

- Ofício-Circular nº 3/SGE - Informe de alterações de normativo da ENFAM.

### **RAD-EMERJ-014 – Protocolar Documentos**

Atualizada em 09/08/2017 com vigência a partir de 10/08/2017

- **Decreto nº 3.147, de 28 de abril de 1980.** Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

- **Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010**, alterado pelos Atos Normativos TJ nº 18, de 06 de julho de 2010 e nº 22, de 10 de agosto de 2010. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

- **Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**(Índice)**

### **RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal**

Atualizada em 09/08/2017 com vigência a partir de 10/08/2017

- **Decreto 2479/1979** - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

- **Decreto-lei nº 220/1975** - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

- **Ato Normativo 26/2009** – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

- **Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

- **Lei nº 11.788, de 25.09.2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**(Índice)**

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

### **RAD-EMERJ-017 – Gerenciar Compras**

Atualizada em 07/08/2017 com vigência a partir de 09/08/2017

- **Lei Federal 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- **Lei Federal 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- **Ato Normativo TJ nº 11/2002** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a implantação da modalidade de licitação denominada pregão (com as alterações do Ato Normativo nº 8/2008);
- **Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- **Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014** - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
- **Ato Normativo TJ nº 04/2013** - Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93;
- **Ato Normativo TJ nº 06/2014** - Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que, em complemento àquela anteriormente referida, deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- **Lei Federal nº 11.488/2007** - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nos 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.892, de 13 de julho de 2004, 9.074, de 7 de

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos das Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do Decreto-Lei no 1.593, de 21 de dezembro de 1977; e dá outras providências. (art. 34);

- **Deliberação TCE nº 262/2014** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e fiscalização dos atos administrativos que especifica;

**Deliberação não disponibilizada na página de Deliberações TCE – apenas para referência**

- **Instrução Normativa Nº 01/2010** – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

- **Decreto Nº 43629/2012** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências;

- **Decreto Nº 7746/2012** – Regulamenta o art. 3. da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

- **Aviso TJ nº 92/2011** – Avisa que os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados ao Tribunal de Justiça, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A, e dá outras providências;

- **Protocolo ICMS nº 42/2009** – Estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, pelo critério de CNAE e operações com os destinatários que especifica;

- **Ajuste SINIEF 07/2005** – Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica.

- **Lei estadual nº 5.427/09** - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**(Índice)**

### **RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura**

Atualizada em 07/08/2017 com vigência a partir de 09/08/2017

- RAD sem referências

**(Índice)**

### **RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo**

Atualizada em 10/08/2017 com vigência a partir de 14/08/2017



## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

➤ RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 02/08/2017

➤ RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Guarda, Controle e Distribuição de Material**

Atualizada em 03/08/2017 com vigência a partir de 07/08/2017

➤ **Lei Federal 8.666/93**, art. 24, II. - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

➤ **Deliberação 198/96 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE)** - Dispõe sobre a instauração e organização de processos de prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências.

➤ **Lei 4.320/64** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

➤ **Classificador de Receita e Despesa (Governo do Estado do Rio de Janeiro).**

➤ **Lista de Classificação – Índice Alfabético de Classes** (Secretaria de Estado de Administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro – Superintendência de Material);

➤ **Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

➤ **Portaria Conjunta RFP/PGFN Nº 1751, DE 02/10/2014** – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 04/08/2017

➤ **Lei Estadual 287, de 4 de Dezembro de 1979** - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

➤ **Lei 4.320, de 17 de março de 1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

- **Lei 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- **Deliberação nº 198/96 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** - TCERJ Dispõe sobre a instauração e organização de processos de prestação de contas, tomada de contas e tomada de contas especial, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária**

Atualizada em 29/05/2017 com vigência a partir de 02/06/2017

- **Lei nº 287, de 04/12/1979** – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

- **Lei 3506, de 13/12/2000** – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

- **Lei 1.624, de 12/03/1990** – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

- **Lei nº 4.320, de 17/03/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

- **Manual SGEMERJ** – Controle do Fundo EMERJ.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-024 – Realizar Pagamento de Despesas**

Atualizada em 08/08/2017 com vigência a partir de 10/08/2017

- **Lei nº 287, de 04/12/1979** - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

- **Lei 3.506, de 13/12/2000** - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

- **Lei 1.624, de 12/03/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

- **Lei nº 8.666, de 21/06/1993** - Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública.

- **Lei nº 4.320, de 17/03/1964**, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

- **Manual SGEMERJ** – Controle do Fundo EMERJ.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 01/08/2017

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

➤ **Lei 1.624, de 12/04/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;**

➤ **CONPAG** - Manual do Usuário (SGEMERJ Módulo 3).

(Índice)

### **RAD-EMERJ-026 – Assessorar o Diretor-Geral**

Atualizada em 09/08/2017 com vigência a partir de 14/08/2017

➤ **Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ**

Atualizado em 09/08/2017 com vigência a partir de 14/08/2017

➤ **Classificação Decimal de Direito**

➤ **Normas de documentação da ABNT**

➤ **Tabela de CUTTER**

➤ **Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN**

➤ **Tesouro Jurídico da Justiça Federal**

➤ **Tesouro do Senado Federal**

➤ **Vocabulário Jurídico (Tesouro) do STF**

➤ **Vocabulário Jurídico controlado (Tesouro) do STJ**

➤ **Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ**

➤ **Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca**

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ**

Atualizada em 23/05/2017 com vigência a partir de 26/05/2017

➤ **RAD sem referências**

(Índice)

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

### **RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 02/08/2017

- **Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- **Lei 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- **Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- **Aviso TJ nº 92/2011** - Avisa que os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados ao Tribunal de Justiça, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A, e dá outras providências.
- **Ato Normativo nº 04/2013** - Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e termos de contrato.
- **Portaria Conjunta RFP/PGFN Nº 1751, DE 02/10/2014** – Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- **Ato Normativo 06/2014** – Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que, em complemento àquela anteriormente referida, deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Índice)

### **RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Produtos Não-conformes na EMERJ**

Atualizado em 01/11/2016 com vigência a partir de 07/11/2016

- RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-032 – Preparar Concurso de Seleção para Juiz Leigo**

Atualizado em 02/05/2017 com vigência a partir de 02/05/2017

- RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso**

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Atualizado em 19/05/2015 com vigência a partir de 25/05/2015

➤ **Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ**

➤ **Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

(Índice)

### **RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática**

Atualizada em 08/05/2017 com vigência a partir de 12/05/2017

➤ RAD sem referências

(Índice)

### **RAD-EMERJ-035 – Gerenciar Cotações**

Atualizada em 31/05/2017 com vigência a partir de 02/06/2017

➤ **Lei 8666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências - artigo 24, inciso II;

➤ **Decreto 3147/1980** - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

➤ **Aviso TJ 92/2011** - Avisa que os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados ao Tribunal de Justiça, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A, e da outras providências.

➤ **Protocolo ICMS 42/2009** - Estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, pelo critério de CNAE e operações com os destinatários que especifica;

➤ **Ajuste SINIEF 07/2005** - Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica.

➤ **Lei nº 8.036/90, art. 27** – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências;

➤ **Lei nº 9.012/95, art. 2º** - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

➤ **Portaria nº 358/14** – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados.

## Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

➤ **Ato Normativo TJ nº 16, de 01 de julho de 2010**, alterado pelos Atos Normativos TJ nº 18, de 06 de julho de 2010 e nº 22, de 10 de agosto de 2010. Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

➤ **Manual de Adiantamento do PJERJ, do ano de 2012.**

(Índice)

**RAD-EMERJ-036 – Coordenar Monitoria Acadêmica**

Atualizada em 31/07/2017 com vigência a partir de 04/08/2017

➤ RAD sem referências

(Índice)

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento  
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Data da atualização: 10.08.2017

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)